

Cortes chegam a Cz\$ 3,5 tri

Os valores correspondentes ao "redutor" e ao "desmonte" na proposta do Orçamento Geral da União para 1989, a serem discutidos na reunião ministerial da próxima quinta-feira, poderão chegar a Cz\$ 3,5 trilhões, montante ao qual deverão ser acrescidas as transferências de encargos constitucionais para os Estados e municípios, não definidos ainda com precisão.

Esses dados, mantidos sob reserva, porque ainda dependem de uma série de decisões de ordem política, foram intensamente debatidos ontem pelo presidente José Sarney com o Conselho Político do Governo, e com os ministros da Fazenda, Maílson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, no final da noite, durante uma hora e meia.

A reunião da noite com o Presidente contou ainda com a participação de técnicos da Sepplan que vêm tratando da operação "desmonte", através da qual está prevista a extinção ou fusão de mais de dois mil programas e atividades do Governo Federal. Também estiveram presentes representantes da Secretaria do Tesouro, a quem cabe o dimensionamento dessa operação, bem como a redistribuição dos percentuais do "redutor" orçamentário.

Os ministros da Fazenda e do Planejamento estão empenhados em aprofundar a proposta do Parlamento, que, entre outras novidades contará também com os indexadores de valores (taxa cambial, Unidade de Referência de Preços, e ooteenização de gastos).

Já foram advertidos, entretanto, pelo próprio presidente José Sarney do ônus político que poderá representar o novo Orçamento de 1989. Sarney está, entretanto, disposto a bancar a proposta pra conseguir atingir a meta dos 2% de déficit público em 1989, segundo informou ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique de Almeida Santos.

O Presidente está tomando as devidas precauções para encaminhar a proposta ao Congresso até o dia 31 de agosto, quando esgota o prazo do Executivo. Disse o porta-voz do Governo que Sarney vai usar de todo o prazo de que dispõe para negociar o Orçamento de 1989 na área política, independentemente da sua aprovação, ou ratificação, na reunião ministerial de quinta-feira.

"Os ministros terão direito a voz e voto na reunião", disse o porta-voz, contestando a possibilidade de que possa sair dela uma rejeição à proposta orçamentária dos ministros da Fazenda e do Planejamento."